

MINORIAS E A APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO NA CIDADE DE PELOTAS

BRUNA SILVA RODRIGUES¹; ADRIANA ARAUJO PORTELLA²

¹*Universidade Federal de Pelotas – brunarodd@gmail.com*

²*Universidade Federal de Pelotas – adrianaportella@yahoo.com.br*

1. INTRODUÇÃO

A modernização e a preocupação com o espaço público tiveram início com a Revolução Industrial, na Europa, durante o século XIX, servindo de exemplo, futuramente, para o restante do mundo (BRESCIANI, 1991, apud MENDONÇA, 2007). Com a intenção de diminuir os impactos causados pela industrialização nas cidades, começaram a ocorrer melhorias nos espaços públicos, resultando no início das apropriações desses lugares, primeiramente pela elite (PRADO, 2002, apud MENDONÇA, 2007). Devido à redução da jornada de trabalho, sucessivamente essa apropriação começou a ser feita pelos trabalhadores durante seus tempos livres, popularizando-a durante o século XX e tornando-a uma reivindicação da população.

Considerando que esses trabalhadores eram predominantemente homens, os espaços públicos que começaram a surgir foram pensados para estes, já que o papel das mulheres nessa sociedade era basicamente doméstico, além da “necessidade de proteção” e “fragilidade” imposta à elas (RODRIGUES, 2017). Percebe-se então, que existia, e por consequência, ainda existe, uma grande diferença entre a experiência da mulher e a experiência do homem no espaço público.

Já em relação à comunidade LGBTQIA+, essa apropriação surge como uma necessidade para estabelecerem suas relações sociais, afetivas e sexuais, além de sediar suas manifestações, não somente por reivindicação de direitos, mas também culturais e artísticas. Isso ocorre devido a falta de acolhimento em locais compostos por pessoas heterossexuais e cisgêneras, e a recorrente opressão sofrida dentro de suas próprias casas (CASTELLS, 1993, apud MOTA; LAURENTIZ, 2019, p. 55).

Com base no que foi dito, o presente trabalho tem como objetivo verificar em que lugares da cidade de Pelotas esses grupos se concentram, onde se sentem acolhidos e onde não, para assim analisar e entender quais aspectos do desenho urbano podem influenciar na apropriação dos espaços livres por essas pessoas.

2. METODOLOGIA

Primeiramente, procurou-se reconhecer quais são os espaços públicos da cidade que esses grupos procuram frequentar por se sentirem incluídos e seguros enquanto minorias, e quais são os espaços que os mesmos evitam, por não transmitirem esses sentimentos. Além disso, buscou-se também entender a opinião desse público sobre esses aspectos, para um melhor entendimento sobre como estes percebem o espaço público. Depois do levantamento desses dados, foi feita uma análise dos principais lugares ocupados e evitados pelos grupos em estudo, com o intuito de entender como o desenho urbano pode influenciar na apropriação desses espaços.

Vale ressaltar que devido ao atual contexto da pandemia do novo coronavírus, que implica no isolamento social, houveram algumas limitações na

metodologia, impedindo que fosse feita uma pesquisa etnográfica e uma análise presencial dos lugares. Por este motivo, os espaços foram analisados através de fotografias e de imagens retiradas do *Google Earth*, e pela facilidade de alcance, foi aplicado um questionário, divulgado através das redes sociais e de grupos da Universidade.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os lugares mais recorrentes nas respostas da pergunta “Em quais espaços públicos (ruas, praças, parques, etc.) da nossa cidade, tu tens o costume de FREQUENTAR e te sentes segura (o) e incluída (o), enquanto mulher e/ou LGBTQIA+?” foram o Largo Edmar Fetter e a Praça Coronel Pedro Osório, apenas no quadrante que faz diagonal com o largo. Já para a pergunta “Em quais espaços públicos (ruas, praças, parques, etc.) da nossa cidade, tu procuras EVITAR por não te sentires segura (o) e incluída (o), enquanto mulher e/ou LGBTQIA+?”, os lugares mais citados foram o restante da Praça Coronel Pedro Osório, o Parque Dom Antônio Zattera e a Praça Cipriano Barcelos.

O Largo Edmar Fetter apresenta um exemplo do que Jacobs (2011, p. 52) chamou de “balé das calçadas” onde “cada indivíduo e os grupos têm todos os papéis distintos, que por milagre se reforçam mutuamente e compõem um todo ordenado”. Os autores desse balé são, primeiramente, o próprio mercado público com seus bares e restaurantes; os terminais de transporte público, o comércio da Rua Andrade Neves, adjacente ao largo; os equipamentos públicos (prefeitura e biblioteca) e a Praça Coronel Pedro Osório. Dentro deste cenário, percebe-se a diversidade não apenas das pessoas, mas também das atividades, criando uma versatilidade condicionante para a qualidade urbana (GEHL, 2015, p. 20).

Outro aspecto do largo é ausência de obstáculos e interrupções, que além de tornar confortável o andar por aquele espaço (GEHL, 2015, p. 123), aumenta a visibilidade do lugar, permitindo a sensação de “ter para onde correr” ou “para quem pedir ajuda”. Esse sentimento se atribui ao que Jacobs (2011, p. 35) definiu como “olhos da rua”, que seriam os próprios frequentadores daquele espaço supervisionando e aumentando a percepção de segurança do local.

A Praça Coronel Pedro Osório foi o lugar mais recorrente nas respostas sobre os lugares que as pessoas costumam frequentar, entretanto essa apropriação se dá em apenas no quadrante que faz diagonal com o Largo Edmar Fetter. Essa fato pode ser explicado pela participação da praça no balé explicado anteriormente. Além disso, é perceptível que o acesso à praça nessa porção, possui um número reduzido de árvores em comparação com o restante, reforçando a questão dos “olhos da rua”.

Essa praça foi muito citada também como um local que as pessoas procuram evitar, agora no restante dela que não comprehende o quadrante citado anteriormente. Nessa região percebe-se uma maior densidade da arborização, dificultando a existência dos olhos da rua. Além disso, as ruas que circundam a praça nesses quadrantes, apresentam maior e mais rápido tráfego de automóveis, fazendo com que as pessoas caminhem mais rapidamente também, sem parar para observar ou permanecer, mesmo que por pouco tempo, no local (GEHL, 2015, p. 71).

O lugar mais recorrente nas respostas das pessoas, a respeito dos espaços que elas costumam evitar, foi o Parque Dom Antônio Zattera, localizado na Avenida Bento Gonçalves, uma das avenidas mais movimentadas da cidade de Pelotas. A problemática da velocidade do tráfego de automóveis se repete de forma bem mais acentuada nesse espaço. Além disso, o parque quase triplica o

campo social de visão, limitado aos 100m, permite que todo um espaço seja observado por um espectador localizado no canto (GEHL, 2015, p. 38). Ultrapassar esses limites somado com a densidade de árvores que acabam se tornando obstáculos, novamente impossibilita a existência dos olhos da rua. Outro fator é entorno do parque composto por diversas fachadas fechadas e muros, que para GEHL (2015, p. 81) dizem “não pare, vá em frente”, desincentivando a permanência no local e a redução da velocidade de caminhada. O parque também possui um grande histórico de violência, além de não apresentar diversidade de pessoas e ser frequentado majoritariamente por homens.

Alguns dos aspectos que provocam o sentimento de insegurança e não inclusão na Praça Cipriano Barcelos já foram explicados anteriormente, sendo eles: a presença numerosa de árvores que se tornam obstáculos e impedem a visibilidade e a existência dos olhos da rua; o histórico de violência; falta de policiamento; a falta de diversidade de pessoas e de usos.

A influência das fachadas cegas nesse espaço é ainda mais acentuada. Isso se dá devido à área da praça não acompanhar a topografia do terreno, resultando em toda uma lateral murada. Além do muro, por outra lateral da praça ficam localizados os fundos do Pop Center, fazendo com que a praça tenha dois dos seus quatro lados compostos por fachadas cegas. A presença das fachadas cegas somada à falta de manutenção — iluminação, limpeza, jardinagem, etc —, tornam a praça um ambiente propício à violência e à criminalidade. A presença majoritariamente de homens e a falta de “ter para onde correr” ou “para quem pedir ajuda” aumenta o medo do assédio e da violência sexual.

4. CONCLUSÕES

Os lugares apresentados foram os mais recorrentes nas respostas obtidas. Entretanto, sobre os lugares que as pessoas frequentam e se sentem seguras (os) e incluídas (os) enquanto mulheres e/ou pessoas LGBTQIA+, foi pertinente a resposta “NENHUM”, ou para os lugares que esses grupos evitam por não se sentirem seguras (os) e incluídas (os), a resposta “TODOS”. Isso demonstra que apesar da existência de locais que esses grupos ocupam, não significa que sejam ideais. Além disso essas respostas estão mais relacionadas à questão de inclusão, do que da própria segurança.

A segurança desses grupos pode ser garantida pelos princípios básicos de um bom desenho urbano. Considerando a pertinência das praças e parques nas respostas negativas, alguns cuidados a curto prazo poderiam minimizar a sensação de insegurança, por exemplo: manutenção dos espaços; podagem regular das árvores; melhora da iluminação e o incentivo dos órgãos públicos à apropriação desses espaços, propondo atividades ou eventos.

Por outro lado, para aumentar a sensação de inclusão, é necessário, primeiramente, que as leis contra homofobia, transfobia, assédio e todas as outras opressões sofridas por mulheres e/ou pessoas LGBTQIA+, sejam aplicadas com mais rigor. A falta de punição nesses crimes muitas vezes está relacionada com a conivência das autoridades à esse comportamento opressor. Além de garantir os direitos desses grupos através da legislação, é necessário que as pessoas saibam que elas são bem-vindas nesses lugares. Para isso podem ser feitas campanhas nesses espaços em prol de assuntos relacionados a estes grupos, instalações que reforcem o seu pertencimento, como bandeiras, banners, mobiliários lúdicos, por exemplo, além de incentivar intervenções efêmeras que sejam realizadas por essas pessoas, dando espaço para as mesmas, além de aumentar o sentimento de inclusão desses grupos.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- GEHL, J. **Cidades para pessoas**. 3^a ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.
- JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades**. 3^a ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.
- MENDONÇA, E. M. S. Apropriações do espaço público: alguns conceitos. **ESTUDOS E PESQUISAS EM PSICOLOGIA**, UERJ, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 296-306, 2007.
- MIGLIANO, M.; ROCHA, M. I. C. M. Mulheres na rua: apontamentos sobre a dimensão política do corpo feminino no espaço público. **URBANA: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade**, Campinas, v. 8, n. 1, p. 60-75, 2016.
- MOTA, C. H. N.; LAURENTIZ, L C. Micropolíticas LGBT no espaço urbano de Uberlândia-MG. **Cadernos de pós-graduação em arquitetura e urbanismo**: Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 51-61, 2019.
- RODRIGUES, C. F. A mulher no espaço público - uma reflexão acerca do processo de urbanização contemporâneo e da (não) participação das mulheres na produção do espaço. In: **SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 11 & 13th WOMEN'S WORLDS CONGRESS**, Florianópolis, 2017. Anais eletrônicos... Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2017.
- ROSANELI, A. F.; FRÓES, A. C. S.; FURLAN, D. L. S.; GONÇALVES, F. T.; SENGER, S. Apropriação do espaço livre público na metrópole contemporânea: o caso da Praça Tiradentes em Curitiba/PR. **urbe**, Curitiba, v. 8, n. 3, p. 359-374, 2016.